



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo nº: **1006496-91.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Inadimplemento**  
 Requerente: **ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE ENSINO - UNIARA**  
 Requerido: **RAPHAEL GUSTAVO HOLMO**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

**ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE ENSINO - UNIARA** move ação em face de **RAPHAEL GUSTAVO HOLMO**, dizendo que firmaram contrato de prestação de serviços escolares, tendo o réu se matriculado no curso de Direito e frequentado as aulas no ano letivo de 2010. Não pagou as mensalidades de fevereiro/2010 até dezembro/2010. Os encargos moratórios aplicados na planilha de fl. 34 têm justificativa em cláusula contratual. O valor da mensalidade era de R\$ 531,00. O total da dívida até 07.02.2014 atingiu R\$ 8.283,97. Pede a procedência da ação para condenar o réu a lhe pagar esse valor, com correção monetária, juros de mora, honorários advocatícios e custas processuais.

O réu foi citado e não contestou. Não compareceu à audiência de tentativa de conciliação, embora regularmente intimado para esse ato.

#### É o relatório. Fundamento e decido.

Impõe-se o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso II, do art. 330, do CPC. O réu foi regularmente citado e não contestou, presumindo-se verdadeiros os fatos articulados na inicial, mesmo porque se assentam em sólida prova documental.

As partes celebraram o contrato de prestação de serviços do Ensino Superior, tendo o réu se beneficiado com as atividades de ensino próprias do curso de Direito no ano de 2010.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

Na planilha de fl. 34, a autora deixou de aplicar a correção monetária, que tem previsão na cláusula '6' do contrato. Aplicou corretamente a multa de 2%. Incluiu indevidamente os juros moratórios de 1% ao mês desde a data do vencimento de cada mensalidade, só que o contrato não prevê a incidência dos juros moratórios. Nesse caso, prevalece o disposto no art. 405, do Código Civil, ou seja, os juros incidem a partir da citação.

Enfatize-se que o prazo prescricional no caso vertente dos autos é o quinquenal, previsto no § 5º, do art. 206, do CPC, conforme se colhe da ementa do v. acórdão proferido pelo TJSP, na Apelação nº 0013788-39.2011.8.26.0344, j. 29.10.2014, Desembargador Relator Antonio Nascimento: "A ação para a cobrança de mensalidades escolares prescreve em cinco anos, conforme regra prevista no novo Código Civil (art. 206, § 5º). O lapso prescricional conta-se do vencimento de cada mensalidade."

**JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora, R\$ 5.841,00 (mensalidades vencidas em fevereiro/2010 até a que se venceu em dezembro/2010), com correção monetária nos moldes da cláusula '6' do contrato desde o vencimento de cada parcela, multa de 2%, além de juros de mora de 1% ao mês contados da citação, bem como 10% de honorários advocatícios sobre o valor da condenação, custas do processo e as de reembolso.

Depois do trânsito em julgado, abra-se vista à autora para, em 10 dias, formular o requerimento da fase de cumprimento da coisa julgada (arts. 475-B e J, do CPC). Assim que apresentado esse requerimento, e considerando o fato da revelia do réu, o cartório aguardará por 15 dias o comparecimento espontâneo deste para efetuar o pagamento da dívida exequenda, sob pena de multa de 10%, honorários advocatícios de 10% sobre o valor do débito exequendo, e custas ao Estado de 1%. Caso não haja pagamento, a autora indicará bens do réu aptos à penhora, no prazo de 10 dias.

P.R.I.

São Carlos, 30 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**